

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – Itabrasco

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022



Demonstrações Financeiras - Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
1. Contexto operacional (Reapresentado)	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receita de arrendamento	
4. Outras despesas operacionais, líquidas	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Caixa e equivalentes de caixa	
8. Tributos a recuperar	
9. Imobilizado	
10. Processos judiciais	
11. Patrimônio líquido	
12. Partes relacionadas	
13. Classificação dos instrumentos financeiros	
14. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	18



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em 31 de janeiro de 2023 emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco, que ora estão sendo reapresentadas. Essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir ajustes na apresentação da Nota 1 - "Contexto operacional". Não foram alterados e reapresentados os saldos contábeis compreendidos no balanço patrimonial, nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esse relatório substitui o originalmente emitido em 31 de janeiro de 2023. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita de arrendamento, líquida	3	470.191	655.272
Custo do arrendamento (depreciação, líquido de crédito de impostos)	9	(24.925)	(23.799)
Lucro bruto		445.266	631.473
Despesas operacionais			
Administrativas		(4.666)	(3.264)
Pesquisa e desenvolvimento		(2.875)	(3.805)
Outras despesas operacionais, líquidas	4	(1.737)	(1.881)
Lucro operacional		435.988	622.523
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	26.489	5.713
Despesas financeiras		(1.249)	(62)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		461.228	628.174
Tributos sobre o lucro			
Tributos correntes	6	(153.736)	(212.652)
Tributos diferidos		(705)	524
Lucro líquido do exercício		306.787	416.046
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$		0,22	0,29

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	306.787	416.046
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	306.787	416.046

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		461.228	628.174
Ajustado por:			
Depreciação	9	25.206	25.656
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	9	(281)	(1.857)
Baixa de ativo imobilizado	9	2.057	754
Variação monetária, juros sobre contingências e depósitos judiciais	5	(330)	(186)
Provisão (reversão) para perda de ativos	4	(1.717)	1.717
Outros		(24)	51
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Terceiros e partes relacionadas		(3.175)	(3.663)
Impostos a recuperar		(64.475)	4.438
Depósitos judiciais		18	-
Provisão para contingências		1	(80)
Fornecedores - Terceiros e partes relacionadas		4.510	6.114
Tributos a pagar		52.840	-
Outros ativos		(697)	(22)
Caixa gerado pelas operações		475.161	661.096
Impostos pagos		(191.579)	(92.949)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		283.582	568.147
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	9	(74.299)	(48.531)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(74.299)	(48.531)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Dividendos pagos aos acionistas	11 (c)	(234.837)	(248.908)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(234.837)	(248.908)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(25.554)	270.708
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		517.645	246.937
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		492.091	517.645

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	492.091	517.645
Contas a receber - partes relacionadas	12	12.391	9.216
Tributos a recuperar	8	8.054	1.777
Outros		731	34
		513.267	528.672
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	6.362	6.056
Tributos a recuperar	8	7.701	3.540
Tributos diferidos sobre o lucro	6 (c)	117	823
		14.180	10.419
Imobilizado	9	326.429	277.676
		340.609	288.095
Total do ativo		853.876	816.767
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - Partes relacionadas	12	77	80
Fornecedores - Terceiros		12.353	7.840
Dividendos	11 (c)	101.393	58.023
Tributos a recolher sobre o lucro	6 (b)	100.487	139.430
Tributos a recolher		4.804	5.213
		219.114	210.586
Passivo não circulante			
Provisões para processos judiciais	10	18	17
Total do passivo		219.132	210.603
Total do patrimônio líquido	11	634.744	606.164
Total do passivo e patrimônio líquido		853.876	816.767

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	256.200	51.240	90.701	49.454	-	447.595
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	416.046	416.046
Transações com acionistas:						
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(9.891)	-	(9.891)
Apropriação para reservas - Nota 11 (c)	-	-	39.563	(39.563)	-	-
Dividendos antecipados - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Pagamento de dividendos com reserva de investimentos - Nota 11 (c)	-	-	(39.563)	-	-	(39.563)
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(58.023)	(58.023)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	208.023	(208.023)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	256.200	51.240	90.701	208.023	-	606.164
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	306.787	306.787
Transações com acionistas:						
Dividendos de exercícios anteriores - Nota 11 (c)	-	-	-	(124.814)	-	(124.814)
Apropriação para reservas - Nota 11 (c)	-	-	83.209	(83.209)	-	-
Dividendos antecipados - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(101.393)	(101.393)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	153.394	(153.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	256.200	51.240	173.910	153.394	-	634.744

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional (Reapresentado)

A Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Vitória, Espírito Santo, Brasil. A Sociedade é uma *joint venture* onde seus acionistas Vale S.A. ("Vale") e Ilva Commerciale SRL In Liquidazione possuem cada uma 50,90% e 49,10% de participação, respectivamente. A Sociedade foi constituída em 1973 e suas atividades originalmente compreendiam a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro.

Em 2008, a Usina de Pelotização foi arrendada à sua acionista Vale por uma parcela fixa anual, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e uma parcela variável resultante da performance da usina. As operações são realizadas no Complexo de Tubarão por meio da Usina de Pelotização 3 ("Usina de Pelotização").

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o 3º aditivo ao contrato de arrendamento que modificou a partir de 2012 o cálculo da parcela fixa do arrendamento, adicionando uma revisão do valor, a cada três anos, com base na média da depreciação registrada nos três anos anteriores adicionado de 12% de *markup* e 9,25% de PIS e COFINS. Em 2022 a parcela fixa anual, corrigida é de R\$ 25.102 (R\$ 21.310 em 2021). O contrato atual tem o vencimento previsto para 30 de junho de 2024.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da Vale. As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 07 de março de 2023, data em que a emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera ("moeda funcional").

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma norma. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 6 e 10.

3. Receita de arrendamento

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Parcela fixa	25.102	21.310
Parcela variável	493.014	700.752
Receita bruta	518.116	722.062
Impostos sobre vendas	(47.925)	(66.790)
Receita líquida	470.191	655.272

A parcela fixa de arrendamento foi aumentada em decorrência de ajuste anual pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

A parcela variável de arrendamento é resultante da performance da Usina. A redução em relação ao ano de 2021, deve-se principalmente ao menor volume de produção e variação cambial desfavorável, compensado parcialmente pelo aumento de preço e redução de custos. A partir de junho de 2022 foi assinado aditivo contratual que amplia o conceito de “Fair Treatment”, estabelecendo regra específica para a restrição do fornecimento de minério de ferro.

Os fluxos de caixa dos direitos contratuais relacionados aos recebimentos mínimos estão apresentados pelo cronograma do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados no contrato assinado e encontram-se demonstrados por seus valores nominais.

	Valores nominais
De janeiro a dezembro de 2023	26.472
De janeiro a junho de 2024	13.236

Política contábil

A Sociedade arrenda bens do imobilizado para a Vale. O arrendamento efetuado pela Sociedade na figura de arrendadora, nos quais os riscos e benefícios da propriedade são retidos pela Sociedade, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos recebidos sobre arrendamentos operacionais são reconhecidos como receita na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Provisão para contingências	(7)	(51)
Reversão (provisão) para perda de ativo	1.717	(1.717)
Receita com recuperação de despesas	-	752
Receita com multas contratuais	-	13
Baixa de ativo imobilizado	(2.057)	(754)
Despesas com desmobilização de ativos	(1.120)	-
Outras	(270)	(124)
Total	(1.737)	(1.881)

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	26.041	5.955
Atualização de depósitos judiciais	330	117
Outras	118	(359)
	26.489	5.713
Despesas financeiras		
Comissão de fiança	(6)	(119)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.214)	(277)
Atualização monetária e juros de contingências	-	69
Juros e multas	(1)	(1)
Outras	(28)	266
	(1.249)	(62)
Resultado financeiro líquido	25.240	5.651

6. Tributos sobre o lucro

a) Reconciliação do imposto de renda – Demonstração do resultado

O total demonstrado tributos sobre o lucro na demonstração do resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	461.228	628.174
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(156.818)	(213.579)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais (Lei Rouanet, Lei do Esporte, Pronas, Lei do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência)	3.774	2.392
Outros ajustes	(1.397)	(941)
Tributos sobre o lucro	(154.441)	(212.128)
Corrente	(153.736)	(212.652)
Diferido	(705)	524
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(154.441)	(212.128)

b) Tributos a recolher sobre o lucro

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributos sobre o lucro do exercício - corrente	153.736	212.652
Antecipações	(53.249)	(73.222)
Total	100.487	139.430

c) Tributos diferidos sobre o lucro

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, como segue:

	Base de cálculo		IR e CSLL (alíquota 34%)	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021
Provisão de perda Eletrobras	2.655	2.655	903	903
Outros ativos fixos - provisão para perdas em ativos	281	1.998	96	679
Provisão para Contingências Tributárias	18	17	6	6
Provisão para Perda PIS	-	6	-	2
Provisão para Perda COFINS	-	26	-	9
Atualização monetária de depósitos judiciais	(2.610)	(2.282)	(888)	(776)
Total	344	2.420	117	823

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil, que é de 34%. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado.

Estimativa e julgamento contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos	15	19
Aplicações financeiras	492.076	517.626
Total	492.091	517.645

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possuía R\$ 470.720 (R\$ 500.064 em 2021) aplicados no FIDC (Fundos de investimentos em direitos creditórios), R\$ 10.565 (R\$ 17.502 em 2021) em CDB e R\$ 10.791 (R\$ 60 em 2021) em notas compromissadas. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

8. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) a recuperar	5.497	1.097
PIS e COFINS a recuperar sobre ativos	9.912	4.219
Outros	346	1
Total	15.755	5.317
Circulante	8.054	1.777
Não circulante	7.701	3.540
Total	15.755	5.317

9. Imobilizado

	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	32.606	110.748	51.680	5.280	56.958	257.272
Adições	-	-	-	-	48.531	48.531
Baixas	-	-	-	-	(754)	(754)
Depreciação	(2.636)	(13.974)	(8.619)	(427)	-	(25.656)
Provisão para perda de ativos	-	-	-	(1.717)	-	(1.717)
Transferências	-	6.923	3.589	-	(10.512)	-
Total	29.970	103.697	46.650	3.136	94.223	277.676
Custo	88.861	406.959	164.345	24.140	94.223	778.528
Provisão para perda de ativos	-	-	-	(1.717)	-	(1.717)
Depreciação acumulada	(58.891)	(303.262)	(117.695)	(19.287)	-	(499.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.970	103.697	46.650	3.136	94.223	277.676
Adições (i)	-	-	-	-	74.299	74.299
Baixas	-	-	-	-	(2.057)	(2.057)
Depreciação	(2.726)	(14.928)	(7.126)	(426)	-	(25.206)
Reversão de provisão para perda de ativos	-	-	-	1.717	-	1.717
Transferências	1.108	64.005	1.237	27	(66.377)	-
Total	28.352	152.774	40.761	4.454	100.088	326.429
Custo	89.969	470.964	165.582	24.167	100.088	850.770
Depreciação acumulada	(61.617)	(318.190)	(124.821)	(19.713)	-	(524.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.352	152.774	40.761	4.454	100.088	326.429

(i) As adições no ano de 2022, devem-se principalmente pela revitalização da moagem no montante de R\$ 16.742 e pela adequação do sistema de gás natural no montante de R\$ 33.041.

A depreciação de R\$ 25.206 em 2022 (R\$ 25.656 em 2021) é apresentada no resultado do exercício líquida de créditos de impostos no montante de R\$ 281 em 2022 (R\$ 1.857 em 2021).

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	25 a 30 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Outros	3 a 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização.

10. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, tributários e cíveis.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processo tributário - O passivo contingente tributário refere-se basicamente à autuação, do período de 2003 a 2008, pela Receita Federal do Brasil da cobrança de PIS e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação e aos processos referentes aos despachos decisórios que homologaram parcialmente os créditos de PIS/COFINS no mesmo período. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 231.712 (R\$ 219.270 em 2021).

Depósitos judiciais - Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Processos tributários	18	17	300.560	286.239	6.150	5.844
Processos trabalhistas	-	-	-	-	93	103
Processos cíveis	-	-	-	-	119	109
Total	18	17	300.560	286.239	6.362	6.056

Ativo Contingente

Em 2015, a Sociedade ingressou com Execução da Sentença referente à decisão transitada em julgado que reconheceu parcialmente o seu direito de receber as diferenças de correção monetária e juros de empréstimo compulsório, relativamente à terceira conversão de ações da Eletrobrás, no período de 1987 a 1993. Em novembro de 2019, a Sociedade requereu o pagamento do valor reconhecido pela Eletrobrás como devido, o que foi deferido pelo juízo. Em maio de 2020, a Sociedade recebeu R\$ 51.212, e o valor remanescente no montante de R\$ 12.000, está em avaliação e, portanto, o ativo do montante em discussão não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é de R\$ 256.200 correspondendo a 1.418.460.000 ações escrituradas, sendo 1.276.614.000 ações ordinárias e 141.846.000 ações preferenciais, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 9.075 mil (dólares norte-americanos) e EUR 37.764 mil (euros).

b) Reserva de lucros

Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as sociedades anônimas e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 não foi destinado saldo para esta reserva em virtude da reserva ter atingido o limite máximo previsto na legislação brasileira.

Reserva de investimento - Tem como finalidade assegurar a manutenção e cumprimento ao orçamento de investimentos da Sociedade.

c) Remuneração aos acionistas da Sociedade - 50% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas) deve ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	306.787	416.046
Dividendos antecipados	52.000	150.000
Dividendos mínimos obrigatórios	101.393	58.023
Dividendo adicional proposto	153.394	124.814
Apropriação de reserva de investimento	-	83.209
Remuneração total do exercício	306.787	416.046

Em 24 de novembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a antecipação de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de R\$ 150.000 e o montante de R\$ 39.563 da conta da reserva de investimentos para distribuição de dividendos, pagos em dezembro de 2021

Em 27 de abril de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2021, no montante de R\$ 416.046. O valor de R\$ 332.837 foi destinado a dividendos, sendo R\$ 208.023 a título de dividendos obrigatórios e R\$ 124.814 a título de dividendos adicionais. Do total dos dividendos, R\$ 150.000 já foram antecipados e pagos dentro do ano de 2021 na forma de dividendos intercalares, conforme acima mencionado, e o valor de R\$ 182.837 foi pago aos acionistas na proporção de sua participação. O montante de R\$ 83.209 foi retido para fins de constituição de reserva de investimento.

Em 6 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a antecipação de dividendos relativos ao exercício de 2022 no montante de R\$ 52.000, pago em dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 foi constituída a obrigação com dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 101.393, sendo o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 153.394 transferido para a reserva de dividendo adicional proposto conforme preconizado pelo ICPC 08.

Política contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

12. Transações com partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo circulante			
Contas a receber - partes relacionadas - Vale S.A.		12.391	9.216
		12.391	9.216
Passivo circulante			
Fornecedores - partes relacionadas - Vale S.A.		77	80
Dividendos a pagar	11(c)	101.393	58.023
Vale S.A.		51.598	29.527
Ilva Commerciale SRL In Liquidazione		49.795	28.496
		101.470	58.103

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita de arrendamento, líquida - Vale S.A.	3	470.191	655.272

Os administradores brasileiros da Sociedade, empregados Vale, são remunerados integralmente por este acionista. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo. Os honorários referentes às remunerações dos administradores estrangeiros foram abdicados, através dos Termos de Renúncia datados em 29 de maio de 2020, com validade até abril de 2022 e Termos de Renúncia datados de 27 de abril de 2022, com validade até abril de 2024.

13. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado		Valor justo por meio do resultado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa	21.371	17.581	470.720	500.064
Contas a receber - partes relacionadas	12.391	9.216	-	-
Total dos ativos financeiros	33.762	26.797	470.720	500.064
Fornecedores				
Partes relacionadas - Vale S.A.	77	80	-	-
Terceiros	12.353	7.840	-	-
Total dos passivos financeiros	12.430	7.920	-	-

Política contábil

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas.

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

14. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito – A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

(iii) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Álvaro José Ribeiro Pereira
Diretor-Superintendente

Leonardo Gava
Diretor

Responsáveis Técnicos

Almir Alves da Paz
TC-CRC-RJ-061231/O “S” ES

Cecília Albuquerque
Gerente de Controladoria